

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.034 - SP (2019/0295839-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : RENATO LISBOA MASSINI
ADVOGADO : RENATO LISBOA MASSINI - SP399660
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAYCON WILSON DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **MAYCON WILSON DA SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pelo Juízo de primeiro grau, artigo 157, § 2º, II, por duas vezes, c/c o art. 29, na forma do art. 70, todos do Código Penal, à pena de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, mais o pagamento de 15 dias-multa (e-STJ, fls. 31-42).

Manejado recurso de apelação, perante o Tribunal de origem, foi negado provimento, conforme a seguinte ementa:

"APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBOS MAJORADOS - Crimes praticados em concurso de agentes - Autoria e materialidade do delito demonstradas - Prova suficiente para o decreto condenatório - Concurso formal de delitos caracterizado, já que, num mesmo contexto fático, os acusados subtraíram bens de duas vítimas, não havendo, portanto, que se falar em crime único - Penas e regime prisional fixados com critério - Recursos desprovidos" (e-STJ, fl. 44).

Neste *mandamus*, alega a defesa, em suma, que o paciente sofre constrangimento ilegal, pois "o Acusado **MAYCON WILSON DA SILVA**, é pessoa íntegra, de bons antecedentes e que jamais respondeu a qualquer processo crime", gozando do "mais ilibado comportamento" (e-STJ, fl. 9).

Aduz que o paciente é estudante de Fisioterapia, possui trabalho fixo e "não oferece nenhum risco à sociedade, [...] podendo, assim, cumprir o determinado em regime semiaberto" (e-STJ, fl. 12).

Requer, assim, inclusive liminarmente, a concessão da ordem, para que se reforme o acórdão impugnado e a sentença, no intuito de que se fixe o cumprimento da pena imposta ao paciente no regime semiaberto.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde

Superior Tribunal de Justiça

com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruídos, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Após, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

